

Educação, Empregabilidade e Mobilidade Social: Convergências e Divergências

Autoria: Ana Heloísa da Costa Lemos, Veranise Dubeux, Mario Couto Soares Pinto

Resumo: A qualificação profissional tem sido alardeada como sendo um diferencial para a inserção no mercado de trabalho dos egressos de cursos de graduação. Ancorado em premissas típicas da teoria do capital humano, o investimento em educação é considerado estratégico para impulsionar a ascensão social dos indivíduos e potencializar o crescimento econômico da sociedade. Todavia, a análise das constatações de Bourdieu (1988) acerca da mobilidade social da sociedade francesa na década de 70 leva ao questionamento da suposta relação causal entre formação e empregabilidade, na medida em que revela outros vetores que influenciam a ascensão social dos indivíduos. Segundo o autor, as classes econômica e culturalmente mais favorecidas oferecem mais acessos a posições de maior potencial no mercado de trabalho a seus descendentes, do que as da base do estrato social. A presente investigação teve como objetivo testar a validade das proposições de Bourdieu, a partir de uma pesquisa feita com 98 formandos e formados, de um curso de administração de empresas de uma renomada IES do Rio de Janeiro. Como conclusão, foi possível identificar relações entre as origens desses egressos e sua inserção no mercado de trabalho, ligando a bagagem cultural e econômica de sua família, às empresas e aos postos aos quais ascenderam.

1. Introdução

No decorrer das últimas décadas observou-se que a questão da qualificação profissional, entendida como requisito da decantada empregabilidade, vem se constituindo como importante desafio a ser enfrentado pelos profissionais que pretendem se inserir no cada vez mais disputado mercado de trabalho. O debate acerca das transformações em curso no mundo do trabalho tem sido pautado pela ênfase aos novos perfis profissionais que passam a ser requeridos nesse novo contexto.

É importante ressaltar que o atual processo de valorização da formação profissional como estratégia de enfrentamento do desemprego que se difunde no Brasil é reflexo, em grande medida, do debate internacional acerca da crise do mercado de trabalho. A ênfase na melhoria da qualificação da força de trabalho é parte importante das estratégias de enfrentamento do desemprego de países da União Européia, tal como a Alemanha, Suécia, Inglaterra, Espanha, Itália, França e Holanda – ainda que não seja a única estratégia em foco - (Dedecca, 1998; Grazier, 1990), além de constituir-se em recomendação de organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (1999) e o Banco Mundial (1995), no tocante às políticas de combate ao desemprego. Esta valorização reflete a ascensão de políticas de orientação liberal, conformando um terreno fértil para a retomada de pressupostos da teoria do capital humano.

Nesse contexto, o papel econômico da educação é revalorizado, ainda que em bases diferentes do ocorrido na década de 60, quando esta era associada ao crescimento econômico e à integração social dos indivíduos. A partir da crise do capitalismo avançado, a educação passa a desempenhar novo papel, sendo chamada não mais a promover o desenvolvimento econômico (conforme preconizava a teoria do capital humano), mas a aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho ou, em outros termos, aumentar a empregabilidade dos indivíduos, num cenário em que o desemprego parece que veio para ficar (Castells, 1999).

Apesar da crescente valorização da qualificação profissional, considerada requisito-chave para a inserção no mercado de trabalho, pesquisa recente feita por Ramos (2006) indica que um contingente expressivo de trabalhadores brasileiros mais escolarizados não consegue obter ocupações à altura de suas qualificações. De acordo com a referida pesquisa, o desemprego afeta de forma mais intensa indivíduos que, apesar da elevada escolaridade (curso superior completo), são oriundos de estrato social menos favorecido. Segundo o pesquisador, o desemprego entre os mais pobres é dezessete vezes maior do que entre os mais ricos, com o mesmo nível de estudo. O contraste entre os resultados da pesquisa e a mencionada valorização da formação profissional enseja a indagação quanto ao impacto da qualificação na empregabilidade do indivíduo. Será a qualificação profissional - que tem na educação formal superior sua melhor síntese - um elemento decisivo para a obtenção de emprego/trabalho ou essa é apenas mais um requisito para a empregabilidade, porém subordinado em importância à origem social de seu detentor? Ademais, chama atenção para elementos importantes, porém menos objetivos, que também afetam a empregabilidade dos trabalhadores: a origem social e a rede de relacionamentos. De acordo com Ramos, o “berço” é fundamental para garantir a inserção no mercado de trabalho, mas isso não significa que a educação não seja relevante no que tange à empregabilidade.

O impacto da origem social no aumento das chances de inserção no mercado de trabalho, revelado na pesquisa citada, vai ao encontro de constatações feitas por Bourdieu (1988), na década de 70 do século passado, que dizem respeito às condições estruturais que reproduzem as posições de classe na sociedade capitalista. Em *A Distinção*, Bourdieu (1988) apresenta não só as estratificações sociais da sociedade contemporânea, mas aborda também os mecanismos sociais que reproduzem essas estratificações. Ao destacar que as chances daqueles nascidos no seio das elites sócio-culturais da sociedade se manterem nessa condição em sua vida adulta são tão grandes quanto as chances dos filhos dos menos favorecidos reproduzirem as condições de vida de seus pais, no futuro, Bourdieu ressalta a dimensão estrutural da condição de inserção social, que relega ao segundo plano a possibilidade dos esforços individuais romperem as fronteiras de classes.

Tendo como pano de fundo o estudo de Bourdieu, os resultados da pesquisa supracitada (Ramos, 2006) e o debate acerca da qualificação como determinante da empregabilidade adquirem novos tons. Afinal, o que será que potencializa as chances de inserção do indivíduo no mercado de trabalho: sua qualificação profissional ou sua origem social? Em que medida a primeira é determinada pela segunda? A contratação de novos trabalhadores baseia-se mais em critérios meritocráticos ou “aristocráticos”? O aparente anacronismo da pergunta - falar em aristocracia em um estágio avançado do capitalismo - reforça a curiosidade quanto ao tema: será que, em plena sociedade do conhecimento, o “berço” ainda é um fator decisivo para a inclusão dos indivíduos no mercado de trabalho e, por extensão, na sociedade? Ou será que indivíduos qualificados conseguem romper eventuais barreiras sociais e conquistar vagas disputadas no mercado de trabalho?

Com o objetivo de esboçar respostas a essas indagações foi realizado, entre março e abril de 2008, um levantamento em que se buscou investigar as condições de inserção no mercado de trabalho de formandos e egressos do curso de Administração de Empresas de uma Instituição de Ensino Superior Privada (IES), do Rio de Janeiro. Tendo como base dados obtidos por meio de questionário aplicado eletronicamente, o referido levantamento procurou relacionar a inserção no mercado de trabalho do entrevistado com seu perfil sócio-econômico, visando discutir, à luz da amostra pesquisada, em que medida a tese de Bourdieu sobre a reprodução das desigualdades sociais está refletida no universo analisado. Dado que todos os

entrevistados têm formação superior completa (ou em fase de conclusão) em uma conceituada IES, procurou-se investigar se os indivíduos mais bem empregados (funcionários ou estagiários de grandes empresas) eram oriundos de estratos econômicos mais ou menos favorecidos. Entendeu-se que a possível convergência dos indicadores de bom emprego e origem sócio-econômica privilegiada, por um lado, e emprego de qualidade inferior e origem sócio-econômica menos privilegiada, por outro, em uma amostra de indivíduos com a mesma formação profissional poderia ser interpretada como um reforço à tese de Bourdieu. Sem a pretensão de apresentar evidências definitivas à questão da reprodução das desigualdades sociais, o presente trabalho procurou explorar a relação entre a empregabilidade de jovens, *vis-à-vis* sua origem sócio-econômica.

2. Da teoria do capital humano à sociedade do conhecimento

A preocupação atual com a qualificação da força de trabalho encontra ressonância na valorização que o campo educacional passou a receber após a Segunda Guerra Mundial, no contexto que combinou criação do *welfare state* com a crença na capacidade da educação de contribuir para a construção de “personalidades democráticas”, em um mundo traumatizado pela aparição de “personalidades autoritárias” (Paiva, 1993). Apesar da ênfase ao ensino em massa remontar a meados do século XIX, foi no pós-guerra que se concretizou a maior revolução educacional da história (Meer, Ramirez e Sosal *apud* Paiva, 1993).

A rápida expansão dos sistemas educacionais nas economias capitalistas e socialistas e a importância que passou a ser atribuída à educação, enquanto fator de integração social e de propulsão do desenvolvimento econômico, criaram as condições para o surgimento, entre as décadas de 50 e 60, de uma disciplina para estudar este fenômeno, a economia da educação, e de uma teoria capaz de explicar as relações entre educação e desenvolvimento: a teoria do capital humano. Elaborada por Schultz (1967; 1987) entre finais da década de 50 e início dos anos 60, esta teoria pretendeu rever os conceitos clássicos de capital e trabalho, argumentando que não se tratavam de fatores imutáveis, pois o trabalho podia configurar-se em recurso maleável, capaz de fazer crescer a economia na medida em que, mediante investimentos em educação, se valorizava.

A proposição fundamental de Schultz é que, por intermédio do investimento em educação, as pessoas valorizam suas capacidades, e as habilitações adquiridas exercem influência sobre os padrões de acumulação de poupanças e formação de capitais, além de alterarem as estruturas de pagamentos e salários e os totais de ganhos decorrentes do trabalho relativo ao montante do rendimento da propriedade. De forma simplificada, a educação é vista como um investimento que eleva a produtividade e os lucros dos trabalhadores, além de impulsionar o desenvolvimento econômico.

Formulado durante os anos de crescimento econômico, o conceito de Schultz forneceu uma explicação para as diferenças de desenvolvimento entre as nações capitalistas e rendimentos entre os indivíduos: os diferentes estoques de capital educacional justificariam essas diferenças, constituindo-se em receituário para a saída do subdesenvolvimento. Dessa forma,

“O processo de escolaridade era interpretado como um elemento fundamental na formação do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual” (Gentili, 2001:80).

Criticada por abordagens de orientação marxista, essa teoria veio a perder parte de seu apelo nas décadas de 70 e 80 sem, contudo, perder vigência. Desde finais da década de 80, os efeitos da reestruturação produtiva no contingente de empregos disponíveis deu fôlego novo à referida teoria.

Após período de relativo ostracismo, a teoria do capital humano voltou a ocupar lugar central nas discussões sobre desemprego, qualidade dos postos de trabalho e crescimento econômico. Essa retomada acrescentou novos termos ao debate sobre o impacto da educação na vida dos indivíduos e das nações, mantendo, entretanto, o cerne do argumento de que o capital humano é o principal propulsor do desenvolvimento econômico. De acordo com Paiva (1993:311), nos últimos anos

“(…) uma versão mais sofisticada da economia da educação emerge no cenário acadêmico e político, ao mesmo tempo em que recuam as análises sociológicas e políticas. A educação adquire uma nova relevância perante as características e exigências decorrentes do novo paradigma produtivo” .

Apesar de economistas como Camargo e Almeida (1994), Soares e Gonzaga (1997) e Ferreira (2000) basearem suas análises nos pressupostos clássicos da teoria do capital humano, apostando na capacidade da educação em gerar crescimento, educadores como Gentili (1999) entendem a discussão atual sobre qualificação profissional e desemprego como uma retomada desta teoria, ainda que em termos diferentes de sua formulação original. Ao discutir o que denomina “desintegração da promessa integradora da educação” no contexto marcado pela crise de desemprego e pelo fim da promessa do pleno emprego, Gentili (2001) adverte para a modificação do sentido econômico atribuído à educação, não mais capaz de assegurar a inserção no mercado de trabalho e a melhoria das condições de vida de todos, mas restringindo-se a aumentar as chances de inserção daqueles que investirem em educação e formação profissional.

É nessas novas bases que a teoria do capital humano é apropriada no discurso que atualmente valoriza a qualificação profissional. Entendem os autores que a expressão “sociedade do conhecimento” atualiza a teoria do capital humano, delineando as exigências de qualificação e formação humana a partir dos conceitos de qualidade total, trabalho participativo em equipe, formação flexível, abstrata e polivalente. Mas, se é verdade que a produção informatizada e automatizada requer novas habilidades à força de trabalho, segundo Frigotto (2001c) essas novas exigências não se dirigem ao universo da classe trabalhadora, mas a uma elite a qual estariam destinados os trabalhos estáveis e de qualidade.

Sociedade do conhecimento, conceito utilizado por Toffler (1998) e Drucker (1999), enfatiza a importância da força de trabalho na medida em que esta consiga combinar polivalência, flexibilidade, iniciativa, capacidade de abstração e decisão, requisitos demandados pelas empresas que passam por processo de reconversão tecnológica. A percepção dos autores como Gentili (1999; 2001) e Frigotto (2001a, 2001b, 2001c) é que, longe de representar uma evolução da teoria do capital humano, a categoria sociedade do conhecimento implica na intensificação da exploração da força de trabalho, que deve moldar integralmente sua qualificação às necessidades do setor produtivo.

De forma conclusiva pode-se postular que as premissas subjacentes à teoria do capital humano sustentam a valorização que a qualificação profissional vem recebendo no Brasil, nos

últimos anos. Enfatiza-se a idéia de que o investimento em educação, ao aumentar a qualidade da força de trabalho, propicia ganhos de produtividade e aumento da criação de empregos de melhor qualidade, o que conduz ao crescimento econômico. A percepção de que a educação é um investimento e que a capacidade produtiva do trabalho é, em grande medida, um meio de produção produzido - “Nós produzimos a nós mesmos” (Schultz, 1967:25) - reforça a preocupação com a qualificação do trabalhador, entendida esta como potencializadora do crescimento econômico. Ademais, a educação aumentaria as chances individuais de acesso aos postos de trabalho, em um cenário em que esses são cada vez mais escassos. O capital educacional acumulado pelo trabalhador asseguraria não só sua maior produtividade, como explicaria as diferenças individuais de oportunidades de inserção no mercado e de remuneração recebida.

Premidos pela competição acirrada por postos de trabalho, indivíduos procuram investir recursos crescentes, com vistas à melhoria de sua formação profissional, na esperança de aumentar sua empregabilidade. Cabe indagar, no entanto, se esse investimento efetivamente garante maior competitividade a seus detentores, independente de sua origem social, ou se resulta em uma “promessa” que se apresenta de forma desigual a seus possuidores: real, para aqueles que combinam uma melhor qualificação profissional com atributos que remetem à sua origem sócio-econômica, ou ilusória, para aqueles cujo único diferencial é uma formação de melhor qualidade.

3. Bourdieu e a reprodução das desigualdades sociais

Em seu clássico estudo sobre as bases sociais do gosto, Bourdieu (1988) ressalta as condições estruturais que reproduzem as desigualdades sociais. Ao localizar os diferentes estratos sociais a partir de sua maior ou menor detenção dos capitais cultural e/ou econômico, o autor amplia a visão acerca da estratificação social da sociedade capitalista. Tendo como base extensa pesquisa realizada nas décadas de 60 e 70 na França, Bourdieu revela que a mobilidade social vertical naquela sociedade é muito mais limitada do que os estudos tradicionais sobre o tema costumam indicar. Dentre suas inúmeras conclusões de pesquisas, o autor destaca que

“41,7% dos filhos de profissionais liberais e 38,9% dos filhos de engenheiros, de funcionários administrativos superiores ou médios ou técnicos de empresas, ocupam postos administrativos e de direção geral frente a 25,7% de conjunto. Pelo contrário, 47,9% dos filhos de operários qualificados, e 43,8% dos filhos de contramestres e de 41,1% dos filhos de técnicos cumprem funções de produção, fabricação ou manutenção frente a 29,7% do conjunto. Sabe-se também que os quadros superiores originários de famílias de empregados recebiam em 1962 um salário anual médio de 18.027 francos frente a 29.470 francos para os filhos de industriais ou de grandes comerciantes; os engenheiros filhos de assalariados agrícolas e de agricultores autônomos recebiam 20.227 francos frente a 31.388 francos para os filhos de industriais e grandes comerciantes”. (Bourdieu, 1988:133)

Com esses e outros resultados de pesquisa, Bourdieu reforça sua tese de que os filhos dos detentores de maior capital econômico ou cultural tendem a reproduzir essas heranças, da mesma forma que os filhos dos possuidores de menor capital têm menores chances de aumentarem seu capital, seja cultural ou econômico.

Esse efeito também pode ser discutido à luz do debate acerca das “vocações”: Bourdieu ressalta o fato dos filhos das elites econômicas e culturais terem, em sua maioria, vocação para carreiras universitárias e para gerenciarem os negócios da família, enquanto que os filhos de trabalhadores pouco qualificados direcionam suas aspirações profissionais para carreiras que requerem menor qualificação. Em outros termos, a posição social do indivíduo condiciona, em grande medida, suas disposições; as trajetórias profissionais individuais tendem a ser trajetórias de classe. O autor destaca que, o fato de alguns indivíduos se afastarem de suas trajetórias de classe não chega a ofuscar essas trajetórias coletivas, posto que, mesmo os desviantes seguem, em certos aspectos, marcados por hábitos de sua classe de origem, por um destino coletivo.

No que diz respeito ao aumento da escolaridade e obtenção de diploma de curso superior - uma das principais expressões do capital cultural - Bourdieu aponta a tendência dos filhos das elites detentoras de elevado capital econômico e, principalmente, os filhos das elites com maior capital cultural, obterem os maiores índices de titulação superior. O autor destaca, ainda, que os filhos dessas elites, além de serem líderes na obtenção dos diplomas, são também os que sofrem menos os efeitos da desvalorização dessa formação decorrente da popularização dos cursos superiores: o crescimento do número de bacharéis (e mesmo de detentores de diplomas do ensino médio), inclusive oriundos de estratos menos favorecidos econômica e culturalmente, tende a desvalorizar essa formação, mas esse efeito atinge muito mais o segundo grupo do que o primeiro. No caso da França, Bourdieu atribui esse efeito à origem social do possuidor do diploma, pois “a titulação vale o que vale econômica e socialmente seu possuidor, sendo o rendimento do capital escolar função do capital econômico e social que pode ser dedicado a sua valorização” (Bourdieu,1988:133).

Além do capital econômico e cultural, Bourdieu destaca também a importância do capital social, “capital de relações mundanas que podem, dependendo do caso, proporcionar ‘apoios úteis’, capital de honorabilidade e de respeitabilidade que é indispensável para se atrair ou assegurar a confiança da boa sociedade” (Bourdieu,1988:118). Esse capital, combinado à educação formal superior, potencializa as chances do diplomado converter em capital econômico a formação recebida. Em outros termos, aquele ativo abre as portas aos bons empregos, a boa clientela, aos bons contatos que, em última instância, permitem aos filhos das elites econômica e/ou cultural reproduzirem sua condição social.

Sem negar a importância do capital cultural como reproduzidor da condição de membro das elites cultural, em primeira instância, e econômica, na medida em que o capital cultural pode ser convertido em capital econômico, os argumentos de Bourdieu permitem relativizar o impacto da educação superior formal na empregabilidade de seu possuidor: ele tende a ser mais intenso para aqueles que podem combiná-los com outros tipos de capital.

As considerações de Bourdieu dão fundamento à conclusão da pesquisa inicialmente citada (Ramos, 2006): a educação formal, expressão mais trivial do capital cultural, é um recurso tanto mais eficaz quanto maior capital social e econômico possui seu detentor. Não é um recurso que amplia, *a priori*, as chances de ascensão social de todos os seus possuidores, visto que essas chances são resultantes da combinação desse ativo com outros tipos de capital. Logo, uma formação superior em universidade de renome, ainda que possa abrir portas para os diplomados oriundos das classes populares, provavelmente não abrirá as mesmas portas que se apresentam aos originários das classes dominantes. Ademais, a condição de detentor de maior capital cultural - expresso na obtenção de diploma de curso superior - está, segundo o

autor, fortemente condicionada pela origem social: a probabilidade de filhos das elites econômica e/ou cultural obterem esses diplomas é sensivelmente superior à probabilidade dos filhos daqueles que possuem pouco capital econômico e cultural alcançarem esse mesmo objetivo.

Apesar do estudo de Bourdieu ter como referência a sociedade francesa nas décadas de 60 e 70, suas conclusões permitem refletir sobre a realidade brasileira contemporânea, pois o impacto positivo do capital social e da origem familiar do detentor de diploma de curso superior na inserção profissional e social de seu detentor estão longe de ser fatos alheios ao nosso contexto social.

4. O desenho da pesquisa e seus aspectos metodológicos

Com o intuito de analisar a pertinência das conclusões de Bourdieu *vis-à-vis* a realidade brasileira contemporânea, realizou-se um levantamento com vistas a mapear e analisar as condições de inserção no mercado de trabalho dos formandos e egressos do curso de graduação em Administração de Empresas de uma IES particular, contribuindo para um entendimento mais acurado da relação entre a empregabilidade desses indivíduos e seu perfil sócio-econômico.

As principais variáveis consideradas no levantamento contemplaram a condição empregatícia do formando ou egresso, empresa em que atua, faixa salarial, perfil sócio-econômico. Os diferentes cruzamentos entre essas variáveis permitiram comparar a empregabilidade dos pesquisados *vis-à-vis* sua origem sócio-econômica.

Para lograr esse objetivo foi realizado um levantamento com formandos e egressos (com até um ano de conclusão do curso). Aplicou-se, por meio eletrônico, um questionário fechado que visava identificar as condições de inserção do entrevistado no mercado de trabalho, seja na condição de estagiário ou funcionário contratado, bem como traçar seu perfil sócio-econômico. As perguntas dos questionários foram moldadas de forma a representar ambos os eixos de análise do *constructo* de Bourdieu, formados pelas dimensões cultural e econômica do pretendente ao cargo. Focalizaram-se aspectos referentes à renda individual e familiar do entrevistado, à escolaridade de seus pais, ao local de moradia, às viagens ao exterior e ao domínio de idiomas estrangeiros, por considerar que esses itens são indicadores relevantes da condição sócio-econômica dos entrevistados.

Conforme apontado anteriormente, a pesquisa objetivou identificar uma possível correlação positiva entre a empregabilidade do entrevistado e sua origem sócio-econômica, visando verificar a pertinência das conclusões de Bourdieu acerca da tendência estrutural à reprodução das desigualdades sociais.

A amostra foi definida por tipicidade, visto que foi constituída por elementos representativos da população-alvo, e foi composta, inicialmente, por 92 entrevistados, entre formandos e graduados de um universo de 93 egressos e 98 formandos, sendo, portanto, representativa da população. Outros seis questionários foram recebidos posteriormente ao tratamento quantitativo e foram tratados apenas de forma qualitativa. A expectativa inicial era de que pelo menos 50% dos entrevistados respondessem ao questionário, o que foi atingido. Os dados foram coletados em fichas individuais e armazenados em banco de dados do Excel sendo analisados nos programas Excel e SPSS 16.0 para Windows (*Microsoft Corporation*).

Os dados gerados neste processo foram analisados de forma quantitativa e qualitativa e tratados interpretativamente considerando a hipótese de Bourdieu relativa às condições estruturais de reprodução das desigualdades sociais. No levantamento em questão, estas seriam manifestas na possível tendência dos indivíduos de maior renda familiar - privilegiados na esfera econômica – terem melhores empregos e maiores salários do que aqueles de origem menos abonada, não obstante terem ambos a mesma formação universitária. Entendeu-se que a comprovação dessa hipótese, atestaria a pertinência da hipótese de Bourdieu para estudar a dinâmica do universo de educação superior no Brasil.

5. Discussão dos resultados obtidos

Para que se desse início ao exame dos dados obtidos no levantamento foram feitos alguns filtros com o objetivo de identificar subgrupos dentro da amostra dos 92 respondentes. O filtro que apresentou melhores indicadores, à luz da hipótese em análise, foi o relacionado à renda bruta familiar. Como se pode observar na Figura 1, dos 92 indivíduos, 87 responderam à pergunta relacionada à renda mensal bruta, sendo possível estratificar a amostra em três grupos, a saber: com renda bruta familiar abaixo de R\$5.000,00, entre R\$5.000,00 e R\$16.000,00 e acima de R\$16.000,00. Uma vez delineados esses grupos, para efeitos de investigação, optou-se por focar apenas os dois extremos: os segmentos com maior e menor renda, pois essa é a variável explicativa pertinente à discussão de Bourdieu que orienta a presente análise.

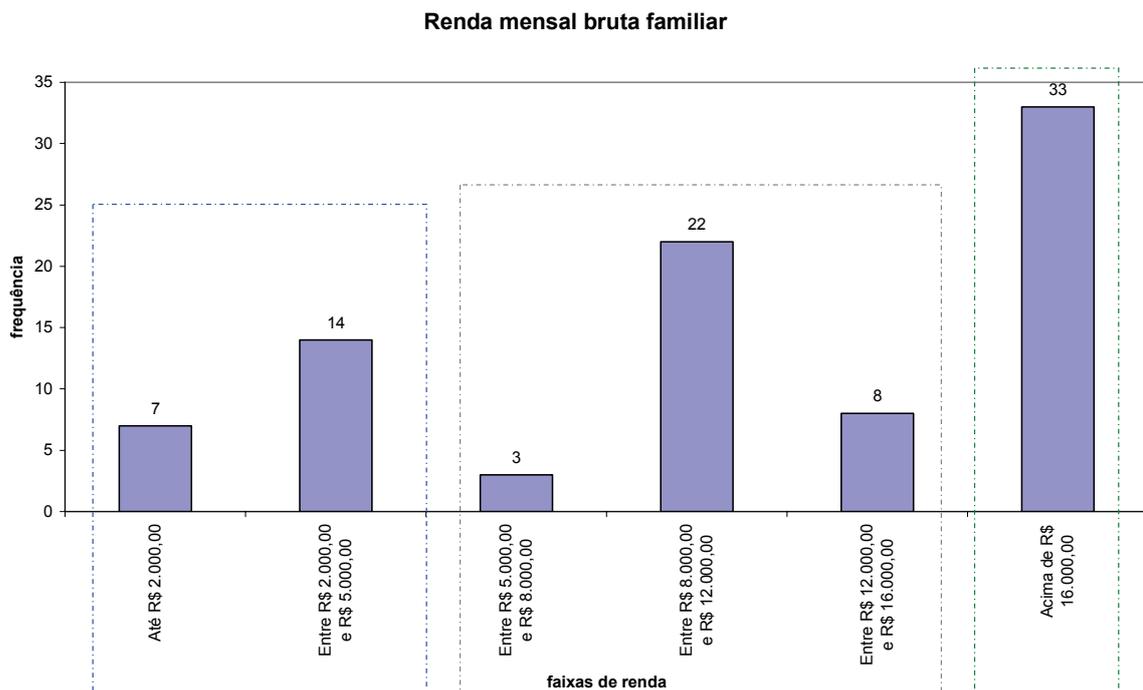


Figura 1: Histograma de frequência da renda mensal bruta familiar.

Ao serem analisados os dados obtidos no levantamento, e tendo como referência as conclusões de Bourdieu acerca da tendência à reprodução das desigualdades sociais, observaram-se alguns aspectos que reforçam o interesse inicial nos argumentos do autor. No que diz respeito à constatação central de suas pesquisas, de que indivíduos oriundos de famílias com maior capital econômico tendem a reproduzir essa condição privilegiada da mesma forma que os possuidores de menor capital reproduzem sua própria condição, os dados analisados, quando interpretados à luz dessa assertiva, adquirem um sentido que merece

destaque. O que se pôde contrastar, ao se observar os indivíduos com maior e menor renda familiar da amostra, foi a existência de diferenças sensíveis no que diz respeito às condições de inserção no mercado de trabalho. Os indivíduos com menor renda familiar (até R\$ 5.000,00), além de estarem, em quase sua totalidade (98,5%), trabalhando ou estagiando, em contraste com os respondentes de maior renda (63,6% trabalhando), ocupam, predominantemente, posições em empresas menos conhecidas e com menor remuneração. Há duas exceções, que são de egressos que trabalham na Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A., com remuneração entre R\$ 3.000,00 e R\$4.000,00 e na Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, recebendo entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00, respectivamente. Os demais empregados trabalham em organizações com menor visibilidade e recebem salários entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00 (Tabela 1).

Tabela 1 – Grupo de indivíduos com menor renda familiar (até R\$ 5.000,00).

Empresas	Função	Remuneração individual
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social	Analista de Investimento	entre R\$ 2.000,00 e R\$3.000,00
Canal de Marketing Promocional	Analista de Marketing	entre R\$ 2.000 ,00 e R\$3.000,00
Casa Nossa Empreendimentos Imobiliários Ltda	Ass. Administrativo	entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00
Avina Brasil Serviços Ltda	Coordenador de Controladoria	entre R\$ 2.000,00 e R\$3.000,00
Transportadora Gasoduto Bolívia Brasil S. A.	Estagiário	até 1.000,00
CPMBRAXIS	Estagiário	até 1.000,00
Coloplast do Brasil	Estagiário	entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00
não informou	Estagiário	até 1.000,00
Banco BBM S.A.	Estagiário	entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00
não informou	Estagiário	até 1.000,00
TIM	Estagiário	até 1.000,00
UBS Pactual S. A.	Estagiário	entre R\$ 2.000,00 e R\$3.000,00
Correios e Telégrafos	Gerente de Unidade de Distribuição	entre R\$ 2.000,00 e R\$3.000,00
Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A.	Gerente de Vendas	entre R\$ 3.000,00 e R\$4.000,00
Free Lancer - Produção TV / Teatro / Exposições	Produtor	entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00
Contax	Representante de Serviços	até 1.000,00
Telemetria	Secretária	entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00
Gaplog Logística e Transportes Ltda.	Sócio/Gerente	entre R\$ 2.000,00 e R\$3.000,00
Puc - Rio	Suporte Financeiro e Administrativo	entre R\$ 2.000,00 e R\$3.000,00

Na análise dos resultados do grupo com maior renda familiar (acima de R\$ 16.000,00), chama atenção o fato de 36,4% não estar trabalhando, incluindo-se nesse número tanto alunos já formados, quanto formandos. Por se tratarem de indivíduos que, em sua maioria (84,5%) moram com a família, essa condição parece sugerir que os detentores de maior capital econômico têm a possibilidade de escolher o trabalho ou estágio mais adequado à suas expectativas, ao invés de possíveis dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, os ocupados (estagiários ou funcionários) estão, em sua maioria, inseridos em grandes empresas, em geral multinacionais e empresas atuantes nos mercados financeiro e de consultoria e recebem remunerações superiores a dos respondentes do grupo anterior. Deixando de lado os estagiários e observando-se a remuneração daqueles que já são funcionários, há indivíduos cuja remuneração ultrapassa os R\$ 5.000,00, apesar de existirem dois respondentes que recebem menos de R\$ 1.000,00 (Tabela 2).

Tabela 2 – Grupo de indivíduos com maior renda familiar (acima de R\$ 16.000,00).

Empresas	Função	Remuneração individual
Banco Brascan S.A.	Analista 2	acima de R\$5000,00
Dollarama L.P.	Analista de Estoque	acima de R\$5000,00
OI	Analista de Marketing I	entre R\$2000,00 e R\$3000,00
Brasil Brokers	Analista Pleno	entre R\$3000,00 e R\$4000,00
Cinco	Ass. Financeiro	até R\$1000,00
EBN	Aux. Administrativo	entre R\$1000,00 e R\$2000,00
	Comprador	entre R\$2000,00 e R\$3000,00
ATM 2 Marketing Direito	Consultor de Vendas	até R\$1000,00
Programa Iniciativa Jovem (Shell – Dialog)	Coordenador de Conhecimento	entre R\$3000,00 e R\$4000,00
Vale	Estagiário	até R\$1000,00
Petros	Estagiário	até R\$1000,00
IBM	Estagiário	até R\$1000,00
Accenture – Consultoria	Estagiário	entre R\$1000,00 e R\$2000,00
GLOBOSAT	Estagiário	até R\$1000,00
Enseg	Estagiário	entre R\$1000,00 e R\$2000,00
Coca - Cola Brasil	Estagiário	entre R\$1000,00 e R\$2000,00
Newpark Drilling Fluids	Estagiário	entre R\$1000,00 e R\$2000,00
TIM	Estagiário	até R\$1000,00
Homacc - Comércio de Material Médico Ltda.	Gerente Comercial	entre R\$3000,00 e R\$4000,00
Pâmela Saade Jewellery Design	Proprietário	entre R\$4000,00 e R\$5000,00
Autônomo	Tradutor	entre R\$1000,00 e R\$2000,00

O histograma (Figura 2) seguinte permite visualizar melhor as diferenças entre as remunerações dos indivíduos empregados nos dois grupos analisados.

**Comparação dos indivíduos que estão atuando no mercado -
menor renda familiar X maior renda familiar**

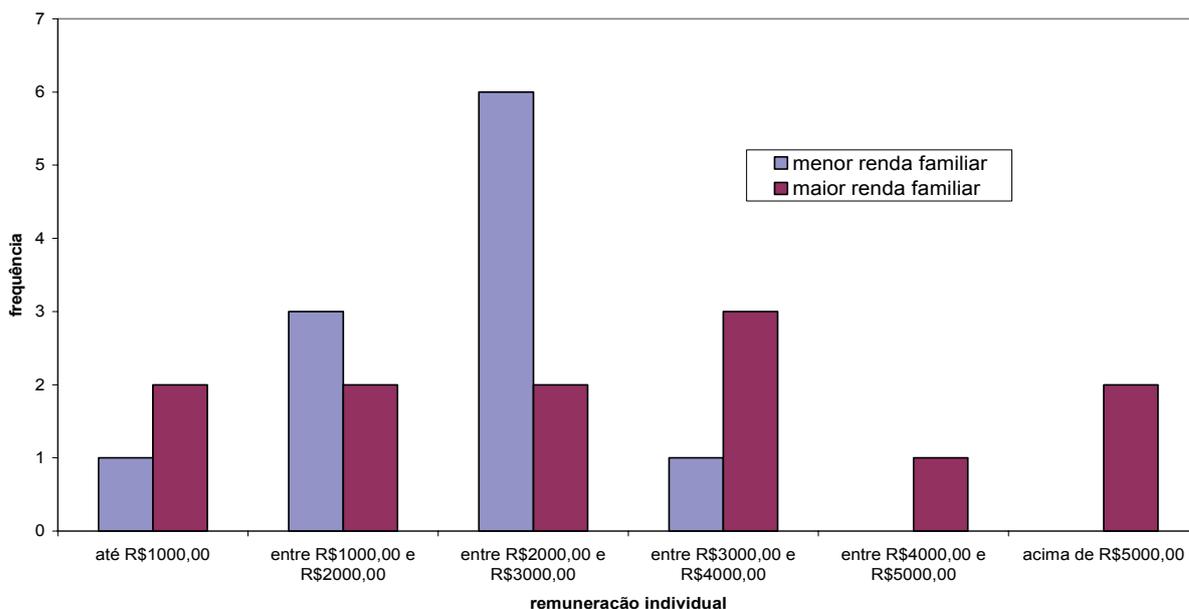


Figura 2: Histograma de frequência das diferenças entre as remunerações dos indivíduos empregados nos dois grupos analisados.

Outro resultado observado, que reforça a afirmação de Bourdieu acerca das vantagens que os privilegiados economicamente desfrutam, diz respeito à forma como o respondente teve acesso ao emprego ou estágio ocupado: enquanto (68,5%) dos indivíduos com menor renda obtiveram a vaga atendendo a recrutamentos formais (anúncios de estágio/emprego, envio de currículos e concursos), os de maior renda contaram mais com indicações de familiares (31,6%), além de alguns trabalharem em negócios da família (10,5%), oportunidades que não apareceram nas informações do primeiro grupo. A importância do capital social, conforme ressalta Bourdieu, potencializa as chances dos detentores de capital cultural (no caso, a formação superior) converterem em capital econômico a formação recebida. Os conhecimentos, as “relações mundanas” (Bourdieu, 1988:118) são um recurso a mais, um capital adicional à disposição dos possuidores de maior capital econômico, que confere a seus detentores mais condições do que o grupo menos favorecido economicamente possui, de transformar a formação superior conquistada em capital econômico. (Tabela 3)

Tabela 3 – Comparação entre a forma de acesso à oportunidade de trabalho

Como obteve informação/ contato sobre a oportunidade?	com renda menor que R\$5.000,00	%	com renda maior que R\$16.000,00	%
Indicação de colega da PUC	0	0,0%	3	15,8%
Indicação de conhecidos e familiares	3	15,8%	6	31,6%
Anúncio (jornal, mural)	3	15,8%	2	10,5%
Currículo enviado à empresa.	7	36,8%	8	42,1%
CCESP	1	5,3%	0	0,0%
Concurso	1	5,3%	0	0,0%
Seleção interna de estagiários	1	5,3%	0	0,0%
Não informou	3	15,8%	0	0,0%
O negócio/empresa pertence à família	0	0,0%	2	10,5%
	19	100,0%	21	100,0%

Outro aspecto, ressaltado por Bourdieu, que merece destaque na presente análise diz respeito às diferenças observadas entre a escolaridade dos pais dos respondentes. A educação formal dos pais, importante indicador do capital cultural do filho, revela-se sensivelmente diferente nos dois grupos em foco: enquanto nas famílias com maior renda 97,6% dos pais (pai e mãe) possuem pelo menos curso superior, não sendo raros os casos de pós-graduados, nas famílias com menor renda esse percentual cai para 42,1%. Esse dado configura, segundo o autor, uma condição privilegiada para os primeiros, dado que os filhos das elites econômicas tendem a reproduzir a “vocação” para carreiras universitárias dos pais.

As oportunidades diferenciadas que os possuidores de maior capital econômico desfrutam também são evidenciadas nos resultados do levantamento: enquanto o hábito de viajar é escasso no primeiro grupo (57,9%), o segundo tem essa atividade incorporada à sua rotina (100%). Viagens ao exterior são frequentes na vida dos respondentes com maior renda (66,7%), mas raras entre os que possuem renda mais baixa (10,5%). Apesar dessa não ser uma relação surpreendente, pois é evidente que indivíduos com menor renda têm menos acesso a viagens, deve-se ressaltar que a IES em questão facilita o intercâmbio com outras IES no exterior, o que, em tese, aumentaria as chances de todos terem acesso a essa oportunidade. Não obstante, os números da pesquisa asseveram que tal não ocorre. Em sintonia com as afirmações de Bourdieu, este é um outro ponto de desequilíbrio, pois tal oportunidade ampliaria o capital cultural do grupo detentor de menor capital econômico e social, reduzindo o diferencial competitivo *vis-à-vis* o grupo mais favorecido economicamente. Nesse sentido, pode-se postular que, apesar da aparente homogeneidade cultural dos respondentes - todos

formandos ou egressos da mesma IES - há diferenças culturais significativas no seio desse grupo, seja decorrente da mencionada exposição maior a viagens, seja decorrente da escolaridade maior dos pais do grupo de maior renda em contraste com o outro grupo.

Não obstante as diferenças percebidas entre as condições de inserção dos respondentes de maior e menor renda deve-se ressaltar que, por sua natureza sutil, seria impreciso considerá-las como evidências a corroborar a tese de Bourdieu acerca das reproduções das desigualdades sociais. Entretanto, entende-se que essas constatações sinalizam a pertinência das conclusões do referido autor, pois, se é fato que, na amostra pesquisada, as diferenças das condições de inserção no mercado de trabalho entre detentores de maior e menor capital econômico não são tão marcantes, também é verdadeiro afirmar que os resultados apresentados estão longe de indicar uma homogeneidade nesses dois grupos. Ao contrário, conforme foi assinalado, há diferenças tanto no que tange à remuneração quanto no que diz respeito ao tipo de vaga obtida, pois as grandes empresas multinacionais aparecem em profusão na segunda tabela, mas são escassas na primeira.

6. Recomendações para futuras pesquisas

Apesar da relevância das constatações resultantes do levantamento apresentado, cabe ressaltar que o curso de Administração de Empresas da IES pesquisada caracteriza-se por receber alunos oriundos de famílias com renda elevada (capital econômico, nos termos de Bourdieu), sendo possível, portanto, existir algum tipo de viés na presente análise. Visto que as considerações desse autor não se referem a um curso específico, suscitaria interesse a inclusão, em futuras pesquisas, de outros cursos de graduação existentes nessa IES, bem como a análise de dados de outras instituições de primeira linha que possuam um corpo discente mais heterogêneo economicamente. Outro encaminhamento que enriquecerá futuros trabalhos será o alargamento temporal da pesquisa, ampliando-se a amostra para egressos formados há mais tempo. Com isso, será possível visualizar a evolução de sua empregabilidade no mercado de trabalho, dado que, em apenas um ano, as condições distintas de competitividade dos participantes podem não ter se materializado por inteiro.

REFERÊNCIAS:

- BOURDIEU, Pierre. (1988). *La Distincion*. Madrid: ed. Taurus.
- BANCO MUNDIAL. (1995), *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1995: o trabalhador e o processo de integração mundial*. Washington, D.C. Banco Mundial.
- CASTELLS, Manuel. (1999). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- CAMARGO, José Márcio e ALMEIDA, Heitor. (1994), *Human capital investment and poverty*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, maio (Texto para Discussão, 319).
- DEDECCA, Claudio. (1998), “Qualificação e formação profissional: algumas experiências européias”, In: *A visão empresarial e da universidade do Plano Nacional de Educação Profissional*. INSTITUTO UNIEMP. São Paulo, vol.2.
- DRUCKER, Peter. (1999), *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira.
- FERREIRA, Francisco. (2000), *Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?* Rio de Janeiro: PUC-Rio, fev. (Texto para Discussão, 415).
- FRIGOTTO, Gaudêncio. (2001a), “Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito”, In: *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*, Gaudêncio Frigotto (org.), Petrópolis: Vozes.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. (2001b), “Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática”, In: *Neoliberalismo, qualidade total e educação*, Pablo Gentili e Tomaz Silva (org.), Petrópolis: Vozes.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. (2001c), “Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional”, In: *Pedagogia da exclusão: críticas ao neoliberalismo em educação*, Pablo Gentili (org.), Petrópolis: Vozes.
- GENTILI, Pablo. (2001), “Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora”, In: *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*, Gaudêncio Frigotto (org.), Petrópolis: Vozes.
- GENTILI, Pablo. (1999), “O conceito de empregabilidade”, In: Anais do Seminário nacional sobre avaliação do Planfor: uma política pública de educação profissional em debate, São Carlos, 4 e 5 março/ Lucia Helena Lodi (org.), São Paulo: UNITRABALHO.
- GRAZIER, Bernard. (1990), “L’employabilité: brève radiographie d’un concept en mutation”. *Sociologie du Travail*, n. 4.
- OIT. (1999), “Perspectivas para o futuro”, In: *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*, OIT/MTE.
- PAIVA, Vanilda. (1993), “O novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho” In: *Educação e Sociedade*, nº45: 309-326, agosto.
- RAMOS (2006), *Curso superior garante emprego?* O Globo, Rio de Janeiro, 12/11/2006, p.31.
- SCHULTZ, Theodore. (1967), *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SCHULTZ, Theodore. (1987), *Investindo no povo*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- SOARES, Rodrigo Reis; Gustavo GONZAGA. (1997), *Determinação de salários no Brasil: dualidade ou não-linearidade no retorno à educação?* Rio de Janeiro: IPEA, dez. (Texto para Discussão, 38).
- TOFFLER. Alvin. (1998), *Powershift: as mudanças do poder*. Rio de Janeiro: Record.